

DA METRÓPOLE E DO NÃO-SER: SOBRE INTERDIÇÃO, BRANQUITUDE E A EXPERIÊNCIA NEGRA NO URBANO

THE METROPOLIS AND THE NON-BEING: ABOUT INTERDICTION, WHITENESS AND THE BLACK EXPERIENCE IN THE URBAN

LA MÉTROPOLE ET LE NON-ÊTRE : SUR L'INTERDICTION, LA BLANCHEUR ET L'EXPÉRIENCE NOIRE DANS L'ESPACE URBAIN

Felipe Taumaturgo Rodrigues de Azevedo

Doutorando em Geografia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Núcleo de Estudos e Pesquisa em Espaço e Metropolização (NEPEM/PUC-Rio)
felipetaumaturgo2@hotmail.com

Resumo:

O artigo objetiva reunir elementos dispostos a questionar processos que envolvem a experiência do espaço urbano a partir da vida negra. Partimos de uma lógica que compreende a metrópole do período atual por meio de um emaranhado de possibilidades tecnológicas e de instrumentos de segurança que inviabilizam e interditam a experiência de negros e negras, lógica perversa que se desenvolveu por meio de processos-projetos de longa duração alinhados à paranoia branca. O método proposto esteve apoiado no diálogo com a inspiração foucaultiana da interdição do discurso, presente no espaço interdito de Joseli Silva, além da inserção do “esquema corporal” fanoniano. A partir dessa associação, concluímos que os atuais códigos metropolitanos, forjados pela materialização do medo branco na forma de militarização e de controle, transformam não só a relação corpo-espaço pela negação de sua presença, mas também o próprio psiquismo de negros e de negras na conformação do trauma.

Palavras-chave: espaço interdito; urbanismo militar; pensamento afrodiaspórico; corpo.

Abstract:

The article aims to bring together elements willing to question processes that involve the experience of urban space based on black life. We start from a logic that understands the metropolis of the current period through a tangle of technological possibilities and security instruments that make impossible and interdict the experience of black men and women, a perverse logic that has developed through long-term processes-projects aligned with white paranoia. The proposed method was supported by the dialogue with the Foucauldian inspiration of the interdiction of the discourse, present in Joseli Silva's interdicted space, besides the insertion of the Fanonian "body schema". From this association, we conclude that the current metropolitan codes, forged by the materialization of white fear in the form of militarization and control, transform not only the relation body-space through the denial of its presence, but also the very psyche of black men and women in the conformation of trauma.

Keywords: interdict space, military urbanism, aphrodisiacal thinking, body.

Résumé

L'article vise à rassembler des éléments qui contribuent à questionner les processus concernant l'expérience de l'espace urbain pour les vies noires. Nous partons d'une logique qui comprend la métropole actuelle par un enchevêtrement de possibilités technologiques et d'instruments de sécurité qui rendent impossible et interdisent l'expérience des hommes et des femmes noirs, une logique perverse qui s'est développé à travers des processus-projets de long terme alignés avec la paranoïa blanche. La méthode proposé est basé sur le dialogue entre l'interdiction du discours, présent dans le concept d'espace interdit par Joseli Silva (d'inspiration foucaultienne) et le "schéma corporel" fanonien. De cette association, nous concluons que les codes métropolitains actuels, forgés par la matérialisation de la peur blanche sous la forme de militarisation et de contrôle, transforment non seulement la relation corps-espace par le déni de sa présence, mais aussi la psyché des hommes et femmes noirs dans la conformation du Trauma.

Mots-clés: espace interdit, urbanisme militaire, pensée afro-diasporique, corps.

Introdução

Este artigo¹ é uma tentativa de imaginar processos relativos à vida negra na metrópole a partir da categoria de “espaço interdito” proposta por Silva (2013). A ideia é analisar os pressupostos da branquitude presentes na produção do espaço que inviabilizam a reprodução dos discursos espaciais oriundos de corpos negros na cidade e compreender a maneira que esses mecanismos produzem o que Fanon intitulou como “zona de não-ser” na metrópole.

Nossa organização metodológica se orientou pela possibilidade de caracterizar “abstrações concretas” (LEFEBVRE, 2008) da experiência vivida por negros e por negras no urbano, mas ainda distantes de implicações explicitamente empíricas. Na construção, analisamos referências bibliográficas preocupadas com a questão racial no contexto urbano, além de nos atentarmos à análise de alguns veículos de comunicação inclinados à dinâmica da segurança pública, com foco na militarização da vida.

Os principais interlocutores para a discussão estão mais próximos de uma abordagem que privilegia a produção do espaço interdito, requerendo também a inserção da questão racial enquanto plataforma necessária para pensar o passado, o presente e o futuro dos estudos urbanos. Além disso, chamamos atenção para a dimensão psíquica presente na conflituosa produção da metrópole, historicamente atravessada por um corte racial que terá impactos significativos na maneira a qual negros e negras experimentam a cidade.

¹ Trabalho orientado pelo Prof. Dr. Alvaro Henrique de Souza Ferreira (UERJ-FEBF/PUC-Rio) e realizado com auxílio concedido pela Coordenação Central de Pós-Graduação da PUC-Rio.

O texto está estruturado em três partes: a primeira preocupada com a busca por aproximações entre a vida negra e o debate acerca do “espaço interdito”, no entendimento de que por mais que a cis-heteronormatividade e a branquitude apresentem configurações extremamente diferentes, são estruturas de dominação que conservam elementos de interdição à experiência urbana de sujeitos específicos na cidade; a segunda se inclina às políticas de segurança inscritas na metrópole carioca que se reverberam enquanto um novo urbanismo, militarizado e sitiado nos discursos que produzem o espaço (GRAHAM, 2016), na compreensão de que o corpo negro, historicamente, é o principal alvo a ser interceptado; e uma última seção que se desloca aos efeitos psíquicos deste modelo urbano que tem na branquitude a forma circunstancial para se compreender a reprodução da vida, transformando o “esquema corporal” (FANON, 2008) de negros e de negras e a forma a qual estes se apropriam e produzem o espaço.

Para Silva (2013), principalmente a partir da inspiração em Duncan (1990) e Foucault (1996), a experiência urbana é produzida por discursos, muitas vezes contrastantes, inscritos no espaço. Na reflexão da geógrafa feminista, a preocupação se assenta na relação entre a produção do espaço e a vivência travesti em Ponta Grossa (PR), reflexão que em uma primeira aproximação parece distante da qual buscamos aqui, embora represente conexões proíficas em relação a outros sujeitos que não são vislumbrados enquanto potenciais produtores do espaço por uma lógica instrumental e racista de reprodução da vida urbana, como no caso de corpos negros.

Influenciada por Foucault, Silva lembra que a noção de discurso está para além da região da linguagem, já que se articula a outros elementos e forma uma rede complexa de possibilidades de

compreensão e de desenvolvimento teórico, na leitura da autora, associável à produção do espaço. Nas linhas de Silva (2013),

(...) o espaço é simultaneamente formado pelo discurso e parte dele, constituindo um contínuo movimento da realidade espacial impregnada pelas relações de poder. O poder produz determinados saberes sociais que se fazem nas práticas espaciais cotidianas e, sendo assim, os discursos são irredutíveis à linguagem. (...) O discurso apresenta uma ordem própria, e esta se realiza por meio de uma trama conceitual que lhe dá sentido e se impõe a todos aqueles que fazem parte de um determinado campo discursivo (p. 156).

O discurso, bem como o espaço, apresenta uma dimensão de controle e de regulação no que se refere à reprodução da sociedade, o que condiciona a um grupo dominante, quase sempre dotado de poder, mediar quem fala e o que fala, mecanismo que em linhas foucaultianas se afirmaria por meio de diversos procedimentos, sendo um deles a interdição. Nessa realidade se reproduzem três formatos principais de interdição, que se entrecruzam e se conectam de maneira dependente: o tabu do objeto, o ritual da circunstância e o direito privilegiado (FOUCAULT, 1996), possibilidades que se reverberam mais firmemente na sexualidade e na política, campos que estão associados à produção do espaço.

Concordando com Foucault (1996), Silva (2013) destaca os temas sobre os quais não se pode falar (tabu); relaciona os discursos que só podem ser expostos e comunicados em situações específicas (ritual da circunstância); além de ressaltar que não é qualquer sujeito que pode enunciar um discurso, já que esta realidade dependeria de determinada posição dominante de poder (direito privilegiado ao sujeito que fala).

A interdependência entre os formatos de controle discursivo dá o sentido essencial da discussão de Silva (2013), sobretudo quando ressalta a possibilidade dissonante de outros discursos presentes na vivência urbana. Como a autora se debruça acerca da experiência travesti, demonstra que os sujeitos ou grupos que estejam para além do discurso da heteronormatividade sofrerão impactos imediatos dos mecanismos de interdição colocados na abordagem foucaultiana.

Inspirado pela suntuosa leitura de Silva (2013) acerca da noção de discurso em Foucault (1996), chegamos à principal construção hipotética de nossa discussão. Ora, se a sociedade moderna ocidental apregoa a cis-heteronormatividade enquanto padrão uno, deslocando qualquer alternativa discursiva como pressuposto abjeto, podem ser percebidas outras interpretações de produção do espaço interdito², como no caso do negro inserido em um espaço da branquitude.

A branquitude, então, se configura enquanto principal marcador das interdições espaciais que envolvem a condição do negro nas metrópoles brasileiras. Para Bento (2000), essa relação está imbricada ao reconhecimento do branco enquanto problema a ser estudado e investigado, caracterização que se ratifica mediante a superposição do branco necessariamente vinculada à exclusão moral do corpo negro, que pode estar assentada em formas mais brandas, como a discriminação, ou mais severas, no formato do genocídio.

Segundo Bento (2000), os processos de discriminação e de genocídio são atravessados por um elemento circunstancial, que é o

² Não queremos estipular uma relação comparativa entre as realidades das travestis e de negros e negras, apenas reconhecemos a noção de interdição enquanto uma possibilidade elementar para o desenvolvimento de uma teoria urbana mais preocupada com a dimensão racial.

medo. “O medo do diferente, e em alguma medida, o medo do semelhante a si próprio nas profundezas do inconsciente” (p. 7), nas linhas da autora. Essa paranoia do branco significou, se analisarmos eventos mais largos, processos-projetos de branqueamento em algumas políticas de Estado no Brasil, como o estímulo à imigração europeia no período pós-abolição.

Mbembe (2014) parece ir ainda mais longe do ponto de vista temporal e reconhece a paranoia branca como uma narrativa já presente nos *plantations*, não só no Brasil, mas em outras partes da América, como o Caribe e o Sul dos Estados Unidos. Para o filósofo e historiador camaronês, a produção do negro ocorre mediante sua construção enquanto corpo a ser explorado por um poder senhorial, portanto, qualquer divergência insubordinada significaria um acirramento de um receio do branco. A rebeldia do negro era compelida por um arquétipo de violência trágica, que segundo o autor apresentava uma dimensão ambígua, de sutura e de saturação da relação entre o senhor e o escravo. Ou seja, como ainda não havia uma consolidação efetiva da relação servil, esta apresentara uma série de interrupções causada pela revolta negra.

De tempos em tempos, ela explodia na forma de levantes, insurreições e complôs de escravos. Instituição paranoica, a plantation vivia constantemente sob o regime do medo. Em vários aspectos, cumpria todos os requisitos de um campo, de um parque ou de uma sociedade paramilitar. O senhor escravagista podia muito bem fazer sucederem-se as coerções, criar cadeias de dependência entre ele e os seus escravos, alternar terror e benevolência, sua vida era permanentemente assombrada pelo espectro do extermínio. O escravo negro, por sua vez, ou bem era aquele que se via constantemente no limiar da revolta, tentando a

responder aos apelos lancinantes da liberdade ou da vingança, ou então aquele que, num gesto de sumo aviltamento e de abdicação radical do sujeito, procurava proteger a própria vida deixando-se utilizar no projeto de sujeição de si mesmo e de outros escravos (p. 44).

Oliveira (2020), a partir de Giddens (2007), margeia a relação com o medo branco ao reconhecer a ideia de “risco” enquanto introyecção na sociedade ocidental. Isso se dá a partir das caracterizações da paranoia branca presente nas incertezas oriundas das grandes explorações, sendo também uma compreensão apreendida no próprio navio negro, no cerne da dificuldade do branco ao almejar controlar e disciplinar corpos negros.

No momento atual, sobretudo no que se refere ao urbano, o medo branco terá impactos visíveis nas políticas que envolvem a produção do espaço e a circularidade de corpos negros pelo território. Grandes metrópoles, como o Rio de Janeiro, parecem bons exemplos desta questão. A autosegregação condominial característica de alguns bairros, como a Barra da Tijuca e o Recreio; os cortes em linhas de ônibus que ligavam áreas mais pobres da Zona Norte às praias da Zona Sul carioca e o assassinato de negros e de negras por meio de políticas de segurança pública que parecem direcionar firmemente quais os alvos a serem interceptados são inscrições discursivas da exclusão moral da branquitude a partir do medo branco.

Instrumentos da interdição: o corte racial no “novo urbanismo militar”

A problematização da raça se torna uma analítica indispensável para a produção subjetiva de um espaço interdito. Para Mbembe (2014), três momentos marcam a biografia das incalculáveis propensões catastróficas

originadas pela raça: a) o mercado de escravos do século XV ao XIX; b) o acesso à escrita e a tentativa do negro se prostrar "completo" no mundo, com gigantescas lutas, como a revolução haitiana, as lutas pela descolonização, a luta contra o *Apartheid* e pelos direitos civis nos EUA; c) a globalização e o neoliberalismo como égide de um mundo militarizado, constituído por impérios da tecnologia e regidos pelo capital financeiro.

Em uma primeira aproximação, apropriar-me-ei principalmente do último elemento colocado por Mbembe, por ser uma lógica diretamente associada à constituição metropolitana do presente. A lógica neoliberal transforma a condição do ser a partir da sua incursão em uma vida cotidiana atravessada por normas, por máquinas e por operações financeiras, além da naturalização da indiferença prevista por relações sociais paranoicas e inclinadas à reprodução do medo e das políticas de controle e segurança. Segundo Mbembe (2014), este sujeito não tem muito a ver com o humano alienado da Primeira Revolução Industrial europeia, porque as introduções do presente o conformam enquanto prisioneiro do próprio desejo, ávido dependente da imediata apropriação pelas normatizações do mercado e da sua ignorante condição flexível. Mas além disso, são nas frestas do período atual que as caracterizações acerca da raça também se preenchem por outros ordenamentos, significando também diferentes alternativas de enfoque.

De acordo com Mbembe (2014), a violência subjetiva e corporificada na condição do negro se consolidou, desde a formação da modernidade/colonialidade, como materialização da circunstância subalterna. No geral, o corpo negro foi exposto à produção histórica da catástrofe presente nas guerras coloniais e essa lógica não foi extinta, pelo contrário, foi fragmentada e complexificada pela convergência de possibilidades da captura e do sequestro de forma ainda mais eficiente.

Como lembra Haesbaert (2014), esta dinâmica levanta uma contradição interessante, pois ao passo que existem formas extremamente sofisticadas para o aprimoramento de processos de controle populacional e territorial, também se caracterizam manifestações rudimentares de separação e de reclusão humana, como muros e cercas, mas, seguindo além, de genocídio e de extermínio em nome da segurança e da contenção dos riscos. Assim, reunindo velhas e novas técnicas, tais práticas se associam na metrópole do presente.

Nossa perspectiva compreende que, mesmo em diferentes períodos históricos, as conjecturas que produzem a interdição se caracterizam por vítimas racialmente muito específicas, e no caso do Rio de Janeiro, principal constituição empírica da análise, tal realidade parece evidente. A reclusão territorial e populacional introduzida por Haesbaert (2014) também se realiza por meio da produção histórica de um espaço criminalizado que tem raízes históricas no Quilombo, como brilhantemente proposto por Campos (2005).

Nesse ponto de vista, a produção do espaço do Rio de Janeiro parece emblemática por alguns aspectos históricos fundamentais, como ter sido a cidade que mais recebeu negros escravizados em toda a América (CICALO e VASSALLO, 2015) e essa realidade estar grafada nos corpos e na paisagem da metrópole carioca (GUIMARÃES, 2015). De forma unívoca, se a concepção de raça se confunde com a formação da modernidade/colonialidade, a história da cidade se caracteriza como mediação desse projeto eficiente e catastrófico que se ancorou nos confins do humano. Como lembra Gilroy (2001), na constituição do conteúdo diaspórico e da herança africana presentes no Atlântico Negro, “falar do Brasil causa hesitação”. Sabendo que a cidade abrigava o principal porto

do país, cabe o questionamento: se o Brasil causa hesitação, o que o Rio de Janeiro causaria?

Como a análise imagina essa discussão a partir do racismo, da ausência e do genocídio, arrisco dizer que o Rio de Janeiro, nos termos de Fanon (2008), causaria raiva e desejo de vingança, ainda que na maioria das vezes, na indústria cultural, o negro seja projetado como um ser dócil, manso, incapaz de se revoltar contra sua própria condição de subalternidade, principalmente em um país diverso como o Brasil, onde a concepção da “democracia racial” contribuiu para a asfixia dos debates preocupados com a dimensão da raça e do racismo.

A utilização da barbárie pelos códigos financeiros do período atual fomenta um campo rugoso de sublimação da subjetividade (MBEMBE, 2014) e essas condições atualizam as inflexões da raça enquanto alternativa de incremento à subordinação de grupos localizados em espaços específicos da cidade, como no caso das favelas cariocas. Essa alçada permite uma incursão mais objetiva na produção do espaço urbano do Rio de Janeiro, sobretudo por meio de uma “gestão necropolítica” da metrópole (OLIVEIRA, 2014).

O debate da necropolítica, ancorado por Mbembe (2016), parece cada vez mais difundido no período atual e a leitura é simples: relaciona a atribuição de políticas no sentido de causar mortes. A escolha histórica sobre quem deve ou não viver, presente em discussões que se aproximam do biopoder para Foucault e da vida nua para Agamben, são aprofundadas pela noção de que alguns sujeitos não deveriam viver, ou mais profundamente, não deveriam viver em determinados espaços. No caso do Rio de Janeiro, essa aproximação parece sintomática, principalmente se considerarmos as ocupações militares que se intensificaram na cidade desde os anos 90, com a consolidação do combate ao tráfico de drogas,

direcionando ao Estado o poder decisório sobre o grupo, o sujeito, ou o corpo a ser eliminado.

A metrópole absorve um caráter de exceção, como na referência feita por Vainer (2011) a Agamben (2004), em que esta realidade condiciona a ocupação de um território mediante o controle do seu conteúdo físico e geográfico, o que em uma perspectiva mais longa remete à replicação de modelos historicamente forjados na construção da modernidade/colonialidade e que foram fundamentais para supressão de populações indígenas, em um primeiro momento, e negros escravizados em outros.

A “ocupação colonial” de Fanon lembrada por Mbembe (2016), em associação aos fins políticos-administrativos do controle metropolitano sobre a colônia, soa como concatenação necessária e imprescindível ao diálogo de Haesbaert (2014) com Pacheco Oliveira (2014), principalmente na discussão que permeia a dinâmica de controle territorial por meio dos processos de pacificação na metrópole do Rio de Janeiro. Por mais que não exista um diálogo direto entre os quatro autores, imaginar povos “pacificados” na posterioridade de uma territorialização pelo *Outro* apresenta os elos necessários para a consolidação do processo do extermínio como constructo político, subjetivo e, também, epistemológico.

Essa caracterização remonta aos marcos da analítica da colonialidade, ao que Maldonado-Torres (2019) chama de “catástrofe metafísica”. Para o autor, a noção de catástrofe diz respeito à inclinação perversa da civilização ocidental à naturalização do combate e à guerra perpétua como reproduções eficazes de projetos de vida colonial. O cotidiano metropolitano, seja em seu sentido mais estrito para a época atual, caracterizado pela experiência urbana, ou em períodos históricos mais próximos da conformação da modernidade/colonialidade, carrega

consigo certa intuição característica de um modelo orgânico de valorização do extermínio. Não é caro reconhecer que o projeto metropolitano não existiria sem essa condição perene voltada à eliminação corporal, subjetiva e epistêmica do outro.

Para Graham (2016), a constituição metropolitana do presente se alinha às determinações de diferentes ordens de poder que atuam, a partir do seu diálogo com Foucault, em “efeito bumerangue” entre países do Norte geográfico e países do Sul geográfico³. As inovações tecnológicas que conformam o estribo necessário para as políticas de segurança e o mercado de ações que envolvem o campo das relações de disciplina, parecem cada vez mais difundidas pela organização da sociedade e, conseqüentemente, da produção do espaço das principais metrópoles do mundo. Esta associação é possível por meio da construção de conjecturas que reconheçam o caráter limitado geograficamente das proposições de Graham (2016), o que não significa a impossibilidade de associação, pelo contrário.

No texto que prefacia a edição brasileira da obra de Graham, escrito por Souza (2016), existe uma atenção especial e necessária ao limiar da análise conduzida pelo geógrafo britânico, ainda que também se atente para o caráter inovador e fundamental do livro para compreender a profusão metropolitana e o contexto globalizante que torna a homogeneização da militarização urbana como uma condição para o desenvolvimento da metrópole.

Na perspectiva do “Norte global” (que é a de Graham, ainda que de um ponto de vista

³ Entendemos que esta distinção é extremamente engessada, mas bem como para o autor, aqui se torna uma possibilidade de apoio para fins didáticos e de construção textual.

eminentemente crítico), o problema fundamental é aquilo que o Estado e o capital privado protagonizam em meio à chamada “guerra ao terror” – que, como todos sabemos, não é travada apenas “em casa”, mas também nos países e nas cidades do “Sul global”. No Sul, em contraste, a “militarização da questão urbana” tem sido impulsionada, acima de tudo, pelo combate à criminalidade violenta ordinária, seja aquela associada ao crime organizado (ou àquele “semiorganizado”, que corresponde à maior parte do tráfico de drogas de varejo), seja associada ao crime não organizado (SOUZA, 2016, p. 13).

A elaboração de Souza (2016) é interessante, ainda que curta, porque possibilita a abertura de condições de inserção analítica envolvendo “o novo urbanismo militar” e a produção do espaço das metrópoles brasileiras, das quais no caso a que mais interessa é a do Rio de Janeiro. Souza retoma alguns exemplos locais que, a partir da situação do Brasil, estariam associados ao “efeito bumerangue” trazido por Graham (2016) à discussão. Em resumo, o “efeito bumerangue” se dá no sentido de perceber como as intervenções coloniais no Sul Global (América Latina, Ásia e África), mediadas pela violência, e o controle, utilizado por países do Norte, serviram como parâmetro de eficácia e foram replicados no contexto local para a consolidação de políticas de controle populacional e para a contenção territorial (HAESBAERT, 2014).

Um ponto importante tocado por Souza (2016) é lembrar que o movimento do bumerangue não se dá apenas em sentido Norte-Sul, desde os países colonialistas tradicionais do Norte em direção aos colonizados do Sul, mas também entre algumas lideranças geopolíticas regionais, como na própria missão de paz da ONU chefiada pelo Brasil no Haiti. Essa dinâmica remonta a um certo “subimperialismo” enunciado pelo autor, mas também ao “colonialismo interno” proposto por Casanova (1963). No

caso, a intenção brasileira se pautava por “preparar” as tropas nacionais para os conflitos urbanos das favelas brasileiras, no combate ao tráfico de drogas e qualquer outra possibilidade de disputa em defesa de certa paz interna.

Na leitura de Gilroy (2001), preocupado com a dinâmica transescalar da diáspora africana que contribuiu para a conformação da modernidade europeia e inaugurou certo sentido metropolitano para as principais centralidades do mundo, há a inclusão da questão cultural como uma possibilidade de encontro de África com os territórios construídos na América.

Gilroy lembra sobre a situação brasileira e a diáspora da canção de Gil ao dizer que “O Haiti é aqui”, já que os dois países têm suas matrizes ancoradas em África. Nesse caso, por meio da perspectiva de longa duração que permeia as condições de formação societária do continente americano, alinhadas à conjectura do bumerangue proposto por Graham (2016) e trazido à situação brasileira por Souza (2016), diria que a metrópole do presente, sobretudo o Rio de Janeiro, guarda a contradição proeminente da diáspora que se revela em termos ancestrais e culturais, grafados na corporeidade do negro e na herança africana, mas também revelam o rosto violento da captura, do sequestro e do próprio corpo ausentado, o alvo característico que se espacializa nas favelas cariocas ou nas ruas de Porto Príncipe.

A interdição branca e a clínica: o trauma negro no espaço

Em nossa leitura, uma das características mais evidentes da consolidação do espaço interdito produzido pela branquitude se relaciona com os reflexos psíquicos a partir da interceptação de corpos

negros no cotidiano urbano. Se em uma primeira aproximação nos dedicamos a pensar o nascituro deste modelo de asfixia da vida negra a partir do branco enquanto problema, agora inclinamos a compreensão a um sentido que vislumbra elucidar como um problema branco se transformou em um problema negro, na constituição racista que inviabiliza a constituição deste negro enquanto ser.

Nenhuma outra argumentação sobre a vivência do negro está tão bem colocada quanto no livro *Pele negra, máscaras brancas*, de Fanon (2008), e esta realidade fica evidente na sua preocupação com a “experiência vivida do negro”. A tese de Fanon remonta à necessidade de o negro precisar vestir máscaras brancas para se elevar à condição de humano, conseguir ser. O psiquiatra e revolucionário martinicano se debruçou acerca da realidade de um olhar branco sobre a vida negra, a aprisionando em um lugar de submissão e de subumanidade. No início da obra, Fanon estipula esta clausura como uma “zona de não-ser”. Nas linhas do autor, “(...) uma região extraordinariamente estéril e árida, uma rampa essencialmente despojada, onde um autêntico ressurgimento pode acontecer” (2008, p. 26).

A zona de não-ser reunirá elementos circunstanciais da interdição produzida largamente pela paranoia branca proposta no primeiro tópico, além dos instrumentos de delimitação física e de contenção de corpos e territórios localizados no segundo momento do texto. Por outro lado, a dimensão do ser se abre a outras condições fundamentais para o debate, que é a interdição por meio de um atravessamento produzido pelo racismo que se reverbera na relação que o negro constrói com o espaço a partir de externalidades do branco, mas que em algum momento estará situada em uma disputa do negro consigo mesmo.

De acordo com Fanon (2008), a partir deste olhar branco, agente produtor da zona de não-ser, o negro passa a sofrer consequências implicadas ao que chama “esquema corporal” (2008, p. 108). O movimento do corpo negro deixa de ser natural, já que a todo momento precisa estar enquadrado ao que é visto como razoável pela brancura. “Faço todos esses gestos não por hábito, mas por um conhecimento implícito. Lenta construção de meu eu enquanto corpo, no seio de um mundo espacial e temporal, tal parece ser o esquema” (FANON, 2008, p. 108), escreve o autor.

Em nossa concepção, o “mundo espacial e temporal” da branquitude será o marcador da relação imediata entre o “mundo espacial e temporal” e o corpo negro. O problema branco se torna problema negro, no que se refere ao espaço, quando este é produzido a partir de uma razão amparada por um desejo branco. O espaço interdito enunciado por Silva (2013) em diálogo com Foucault (1996), no que tange à vida negra, é orientado por uma série de entroncamentos oriundos de uma realidade branca. Os efeitos desta circunstância são sintomáticos na patrimonialização da cidade (GUIMARÃES, 2015) ou nas políticas de segurança pública (OLIVEIRA, 2014; PATERNIANI, 2016), e se refletem na maneira com a qual negros e negras se enxergam no espaço, mas também significam outras direções no campo psicopatológico.

Fanon (2008) evidencia esta construção quando exemplifica a chegada de um calouro negro em Sorbonne, já que para ele, antes deste iniciar seu esquema corporal próprio, uma série de elementos dados a partir da caracterização racista já se perpetuam a sua volta. Ele precisa falar diferente, talvez necessite se vestir adequadamente ou até mesmo de forma mais formal do que o que é comumente realizado, também é

preciso que não chame atenção. É reconhecer, concordando com Fanon e Sartre, que a cor é o sinal mais visível da raça (o que inclusive é utilizado pelo martinicano para diferenciar o preconceito racial em relação a judeus e a negros).

Quando pensamos a metrópole e, mais precisamente, as metrópoles de um país que fora colonizado e tem a marca do racismo de forma tão profunda, o calouro negro na Sorbonne exposto por Fanon (2008) está muito mais próximo do que se imagina. A experiência urbana de um jovem negro brasileiro, por exemplo, é crivada por uma série de recomendações, sobretudo quando estas grafias corporais são incrustadas em espaços específicos da cidade.

Será difícil reconhecer um jovem negro que ande sem a carteira de identidade, também será difícil perceber algum jovem negro que resida em área de periferia e nunca tenha sido abordado de forma mais contundente por alguma operação militar. Nos *shopping centers*, nos cinemas, nas praias, estes gestos corporais são a todo momento condicionados pela exaltação perene da branquitude enquanto modelo de apropriação do espaço a ser reivindicado e realizado.

Considerações finais

A noção de espaço interdito é uma categoria potente e ainda pouco visível nos grandes debates colocados na Geografia. É fundamental reconhecer a propensão de uma busca que talvez cause ambiguidade, mas que apenas almeja encontrar alternativas a uma certa miopia da teoria urbana. Há uma necessidade substantiva de angariar enfoques que estejam para além de uma análise meramente econômica e a abordagem de Silva (2013) é elementar para essa atribuição. Por essa

razão, procuramos alinhar a categoria à discussão acerca da produção do espaço que envolve a branquitude, compreendendo a massificação da realidade branca enquanto interdição ao desenvolvimento da vida negra.

Outra relação fundamental, mas que ainda não parece tão colocada nas discussões que permeiam o urbano, são os impactos psíquicos da constituição racista empregada pela branquitude. O Estado, por meio de políticas de segurança dotadas de corte racial, garante a reprodução de uma vida urbana direcionada a precaver a paranoia branca, que se transforma em problema para o negro. O medo branco, que como propõe Bento (2000), foi instrumentalizado enquanto possibilidade de pensar a sociedade brasileira em diversos momentos históricos, é mediado para produzir uma metrópole militarizada em que a segurança se tornou um elemento lucrativo.

Na proposta de Fanon (2008), muito cara a nossa leitura, existe a necessidade de se imaginar os sentidos práticos que o racismo reúne, elementos históricos de pré-julgamento, reproduzindo uma lógica cotidiana em que o negro e a negra não conseguem dispor de seu esquema corporal de forma natural, já que sempre haverá um olhar, uma interjeição branca. Pode ser o negro na Sorbonne, como propõe Fanon, mas também o jovem de periferia no Brasil que no *shopping center* é seguido pelo segurança do local; ou o negro que não consegue mais acessar a praia da Zona Sul do Rio de Janeiro porque a prefeitura desfez a linha de ônibus que a interligava ao subúrbio⁴, só lhe restando a baldeação, muito mais dispendiosa; são as ações militares nas favelas das metrópoles, quase sempre interceptando corpos negros.

⁴ Ver: <https://rioonwatch.org.br/?p=16943>. Acesso: 09/06/2021, às 19:30.

O que ressaltamos no artigo e nesta finalização é uma necessidade evidente de se prostrar crítico à própria crítica presente nas principais discussões relativas ao urbano e, como dito, tanto a noção de espaço interdito quanto pensar as caracterizações psíquicas da experiência vivida por negros e por negras serão de suma importância para qualquer abordagem que esteja preocupada com o desenvolvimento teórico dos debates urbanos em um país em que o corte racial se consolida enquanto dimensão quase institucional, requerendo aptidões mais abertas das ciências debruçadas sobre o espaço, e a Geografia não poderia ficar fora deste processo.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, v. 46, 2002.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

AZEVEDO, Felipe Taumaturgo Rodrigues de. Em busca de sujeitos ordinários: trampolinagem e lentidão na metrópole labiríntica. **História, Natureza e Espaço**, Duque de Caxias, v. 8, n. 1, p.1-25, jan. 2020.

AZEVEDO, Felipe Taumaturgo Rodrigues. Entre ausências e emergências, genocídios e epistemicídios: notas sobre metrópole e “espacialidades enegrecidas”. **Geopauta**, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 111-128, abr. 2020.

BERNARDINO-COSTA; Convergências entre intelectuais do Atlântico Negro: Guerreiro Ramos, Frantz Fanon e Du Bois. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. Cap. 10. p. 247-267.

CICALO, André; VASSALLO, Simone. Por onde os africanos chegaram. O Cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária do Rio de Janeiro. **Horizontes Antropológicos**, n. 43, p. 239-271, 2015.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal; CORRÊA, Gabriel Siqueira. Questão étnico-racial na geografia brasileira: um debate introdutório sobre a produção acadêmica nas pós-graduações. **Revista da ANPEGE**, v. 10, n. 13, p. 29-58, 2014.

DUNCAN, James. **The city as text: the politics of landscape interpretation in the Kandyan kingdom**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. 2ª. Ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008. 191 p.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2/12/1970. São Paulo: Loyola, 1996. (Original publicado em 1971).

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). Martins Fontes, 2008.

GILROY, Paul. **O atlântico negro**: modernidade e dupla consciência. Editora 34, 2001.

GRAHAM, Stephen. **Cidades sitiadas**: o novo urbanismo militar. São Paulo: Boitempo, 2016.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. **Rio Negro de Janeiro**: olhares geográficos de heranças negras e o racismo no processo-projeto patrimonial. 2015. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador.

GUIMARÃES, Geny. Ferreira. Espacialidades de corpos negros no Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, Anita Loureiro de; SILVA, Cátia Antonia da (Org.). **Metrópole e crise societária: resistir para existir**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. Cap. 4. p. 85-99.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. Geo-Grafias Negras & Geografias Negras. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 12, n. Ed. Especi, p. 292-311, abr. 2020.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Bertrand Brasil, 2014.

HAESBAERT, Rogério. Do telecontrole à “ocupação”: in-segurança e contenção territorial na metrópole carioca. In: FERREIRA, A, RUA, J, MATTOS, R. C. de (Orgs.) **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, v. 1, p. 225-251, 2015.

HAN, Byung-Chul. **Topología de la violencia**. Barcelona, Herder, 2016.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Trad. Margarida Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, n. 32, 2016.

OLIVEIRA, Denílson Araújo. O marketing urbano e a questão racial na era dos megaempreendimentos e eventos no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, v. 16, n. 1, p. 85-106, 2014.

OLIVEIRA, Denílson Araújo de. Questões acerca do genocídio negro no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 12, n. Ed. Especi, p. 312-335, abr. 2020

OLIVEIRA, João. Pacheco. Regime tutelar e globalização: um exercício de sociogenese dos atuais movimentos indígenas no Brasil. In: Mattos et al (orgs). **Tradições & Modernidades**. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2010.

OLIVEIRA, João. Pacheco. de. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. **Mana**, v. 20, n. 1, p. 125-161, 2014.

SILVA, Joseli Maria. Espaço interdito e a experiência urbana travesti. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. (Orgs). **Geografias Malditas: Corpos, Sexualidades e Espaços**. Ponta Grossa: Toda Palavra, p. 143-182, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Apresentação - Cidades e militarização, de "Norte" a "Sul". In: GRAHAM, Stephen. **Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar**. o novo urbanismo militar. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 11 - 18.

Submetido em: 04 de janeiro de 2021.

Devolvido para revisão em: 08 de junho de 2021.

Aprovado em: 17 de junho de 2021.